



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1750/12	DATA: 06/12/2012
INÍCIO: 11h52min	TÉRMINO: 12h44min	DURAÇÃO: 00h52min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 52min	PÁGINAS: 22	QUARTOS: 11

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IVONE FERREIRA CAETANO - Juíza Titular da Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Participante.
RODRIGO SALGUEIRO - Participante.

SUMÁRIO: Investigação e diagnóstico sobre o turismo e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Estado do Rio de Janeiro.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A pedido da Presidenta da Reunião, Deputada Liliam Sá (Relatora da CPI), foram retirados trechos de reunião.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Muito bom dia a todos. Nós estamos na 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso. Vamos conversar com a Dra. Ivone Caetano.

Bom dia, Dra. Ivone! Nós, da CPI, estamos no Rio de Janeiro fazendo um diagnóstico da situação das nossas crianças e adolescentes. Temos visitado vários segmentos que lutam pelos direitos da criança e do adolescente. Ontem, estivemos no Ministério Público, e eles fizeram algumas reivindicações. Nós gostaríamos de conversar com a senhora sobre essas reivindicações, se são as mesmas demandas da Vara da Infância. Eu gostaria que a senhora também desse a sua contribuição para aprimorar os trabalhos da CPI e como a CPI também poderia intervir nessas demandas para ajudar a melhorar a situação das crianças e adolescentes no nosso Município.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Bom dia, Deputada! Estou à sua disposição para poder, de alguma forma, contribuir. As minhas reivindicações são as seguintes. Primeiro, é necessário que haja maior entrosamento entre todos os órgãos e todas as redes que funcionam relativamente à pedofilia, abuso sexual, exploração sexual e trabalho infantil. Na Vara da Infância e da Juventude da capital, da qual sou titular, são inúmeros os processos e as questões que lá chegam em relação a abuso sexual e pedofilia.

A exploração sexual é mais difícil de apurar, dentro do nosso juízo, porque não vêm as denúncias, enquanto que pedofilia e abuso sexual chegam por denúncias, que se transformam em processos. Denúncias, muitas vezes, dos hospitais e outras da própria sociedade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Ivone, nós sabemos que o Disque Denúncia, ano passado, teve mais de 12 mil denúncias, sendo que mais de 3 mil denúncias foram de abuso sexual de crianças e adolescentes. A senhora tem aqui uma parceria com o Disque Denúncia nessas situações? Ele envia os casos?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não, não. Por isso falei de um maior entrosamento entre todos os órgãos. Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Falta esse entrosamento?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu recebo informações dos hospitais...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Hospitais...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - ... e da sociedade, que muitas vezes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E o Disque 100?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Também não? A senhora não tem informações do Disque 100?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não, não tenho essas informações, não. Aliás, uma coisa bastante preocupante também é a competência para tomar conhecimento, em primeiro lugar, desses casos. Porque, muitas vezes, vêm para a Justiça da Infância e Juventude, outras vezes vão para as Varas Criminais, outras, para a Vara de Violência Doméstica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O Disque Denúncia está lançando uma campanha de combate à exploração sexual, turismo, maus tratos e violência sexual, e colocou à disposição um número agora para trabalhar mais nessa questão, para que a população tenha mais acesso e possa fazer mais denúncias. E, lá, o Zeca Borges nos informou que quanto às denúncias, eles fazem uma triagem e mandam para os Conselhos Tutelares. E a grande demanda para eles é que os Conselhos Tutelares não dão a resposta necessária que certos casos mereciam.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E nem poderiam.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E também, na Polícia Rodoviária Federal, estivemos com o Superintendente, o Dr. Alexandre, e ele estava falando que é a mesma dificuldade, que, para tirar um Conselheiro Tutelar de dentro de casa para fazer um atendimento de uma criança, tem quase que sair amarrado; eles têm de fazer ali um malabarismo para que possam sair.

Então, essa questão dos Conselhos Tutelares é uma coisa muito importante para o nosso Estado. E sabemos que aqui, no Município, só temos 12 Conselhos funcionando, apesar de, em 2010, terem sido aprovados, na Câmara de Vereadores, mais 10 Conselhos, e só 2 desses foram implementados. Agora, eu gostaria de saber da senhora o porquê: porque é deficiência na questão orçamentária da Prefeitura ou porque vocês não tiveram pessoas capacitadas para fazer esses



concursos e poderem assumir esses 8 novos Conselhos que foram aprovados na Câmara de Vereadores?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Primeiro, que os Conselheiros não assumem através de concurso e, sim, através de eleição, o que eu já acho um grande problema. Apesar de estar previsto no ECA, acho um grande problema. A eleição não deveria ser o canal para um tipo de atuação como essa. Seria preciso que aqueles que se candidatam ao Conselho tivessem uma capacitação mínima e tivessem também uma escolaridade mínima. E nós sabemos perfeitamente que a escolha por eleição nem sempre é a melhor para esse caso. Por outro lado, conheço e trabalho com muitos Conselheiros extremamente dedicados e comprometidos. Existem outros que não, como em toda carreira no Brasil. Mas, não tenha dúvida de que a escolha através de eleição não é a melhor, porque se exige muito do Conselheiro, estão previstas as atribuições dele, e, na verdade, a maior parte não tem capacidade — falo capacidade de conhecimento — para exercer tal. Essa é a minha opinião.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E o que a senhora acha que deveria mudar?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Primeiro detalhe. O segundo detalhe: não há estrutura suficiente para os Conselheiros. Isso também tem de ser reconhecido. Quando se cobra, tem de se dar. Então, talvez por isso eu não cobre tanto. Não existe estrutura sequer de locomoção e de viaturas, muitas vezes. Então, fica difícil. Para que nós possamos cobrar tudo isso, seria preciso que fosse realmente estruturado e, aí, ninguém poderia justificar com a falta de estrutura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria também de perguntar à senhora: nessa questão da influência política na eleição dos Conselhos Tutelares, como é feita essa fiscalização?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não há essa fiscalização. Pelo menos, não da parte da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da capital. Essa fiscalização não existe. Essa fiscalização é feita, acho, não tenho certeza, pelo Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Pelo Ministério Público só, pela Vara, não?



A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Ivone, nessa questão da exploração sexual infanto-juvenil, a senhora tem algum caso no qual possa detectar que haja alguma rede de exploração ou tráfico de crianças?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não tenha dúvida. Lamentavelmente, Deputada, os casos que aqui correm são sigilosos e correm em segredo de justiça, principalmente em relação à questão sexual. Mas aqui chegam casos escabrosos muitas vezes. Quando chegam, a primeira coisa que faço em questão de abuso sexual, exploração ou qualquer coisa nesse nível, é mandar para o Ministério Público.

Mas chegou ultimamente aqui um caso tão vergonhoso, tão violento, que eu mandei para a Polícia Civil. A primeira informação que eu...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Está em segredo de justiça?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Está em segredo, mas muito grave e muito sério.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É de exploração...?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - De exploração mesmo, de exploração, com problemas de tortura, com problema de morte, quando o adolescente não quer fazer a gracinha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É mesmo?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E veja bem: eu sempre mandei para o Ministério Público, e dessa vez eu não consegui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E dessa vez teve de ser caso de Polícia.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Muito sério. E outra coisa é essa divisão de competência. Tem de ficar muito claro quem é competente para quê; que juízo é competente para o quê. Eu acho o seguinte: se não é caso infracional, que seria da Vara dos infratores, todo e qualquer problema relativo a isso deveria ser do juízo da infância, juventude e idoso, e que ele se incumbisse de mandar para o promotor do crime ou para juízo do crime a parte criminal. Mas a criança tem que ser imediatamente encaminhada, e a questão, para o juízo da infância, juventude e idoso. É o que penso, não quer dizer que seja o correto. E não está havendo isso.



Há uma desvirtuação, não se pode ter um índice de quantos casos acontecem e quando acontecem: o caso que aconteceu agora, a semana passada, que bateu à minha mão, por uma denúncia, diga-se passagem, por uma denúncia, e uma denúncia do Conselheiro. Quer dizer, eles não são tão inúteis assim. Existe muito Conselheiro muito compromissado. Foi muito sério. Infelizmente, é em segredo de Justiça. Eu não posso sequer falar sobre o que aconteceu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Aqui, não, mas a senhora pode falar comigo depois, em particular.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, eu falo depois. Em particular conversaremos, e a senhora me conta para nós podermos acompanhar, a CPI poder acompanhar esse caso.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Muito sério. A senhora vai ver a gravidade do caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E está onde?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu mandei para a polícia, tanto é que naquele dia...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Está em qual delegacia? Na da criança vítima?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - A senhora se lembra daquela reunião...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu lembro. Já sei mais ou menos. Eu entendi, é aquele caso. Olha só, até fiquei agora... viajei no caso aqui.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu vou levar para a senhora ver.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nessa questão, então, existe uma rede de exploração sexual infanto-juvenil no Rio de Janeiro. Mas, nesse caso específico que a senhora recebeu a denúncia, a senhora acha que há ramificações?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Há ramificações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Para outros Estados ou internacionalmente? Ainda não sabe disso?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Claro que existe para outros Estados, internacionalmente. Acho que deveria ter um órgão que...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem cárcere privado também?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Como?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem cárcere privado?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tem. Eu acho que deveria haver um órgão que centralizasse todas essas redes, todas as informações das redes. Deveria haver um órgão que centralizasse todas as informações, e essas informações fossem passadas para todos os setores, todos os órgãos que trabalham com a infância e juventude na questão sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Olha, lá, o Dr. Rogério, do Ministério Público, fez algumas sugestões e também falou nessa rede. Ele falou que seria preciso ampliar a Vara da Infância, que a delegacia especializada em crimes contra a criança só existe uma para atender todo o Estado...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Mas veja bem, eu acho estranha essa ampliação da Vara da Infância nesse contexto, porque na verdade não chega nada, então, vai continuar sem chegar... Vamos pegar o prato, fazer assim e não vai ter de jeito nenhum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, faltam informações, quer dizer, porque não são digitalizados os processos, não tem Internet.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Antes de a senhora continuar, deixa eu explicar uma coisa. Em relação a...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Fale mais perto do microfone, senão não vai gravar.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Em relação à criação de nova Vara da Infância e do Idoso, eu acho extremamente prejudicial. O que primeiro tem que se fazer é separar idoso de infância e juventude. São duas prioridades, sendo que uma prioridade é constitucional e a outra tão somente federal. Nessas alturas, o que é que nós vamos fazer? Dar prioridade, dar prevalência à prioridade constitucional, e o idoso fica onde? Se a senhora chegar no meu cartório, há 17 mil processos lá. O que eu faço com o idoso? Principalmente vendo que eu estou chegando... já passei por lá, sou idosa, e aí? A minha cabeça, como fica? Muito grave essa permanência de idoso com criança. São matérias diferentes, com profissionais que têm de ter capacitação diferente e, na...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eles ficam juntos no mesmo local, junto às crianças?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Claro, lógico. Tudo é processado em uma única Vara, e todos os profissionais interdisciplinares têm que verificar as mesmas questões. Eu consegui um convênio com a Prefeitura para que fosse verificado o lado dos psicólogos e do serviço social. Mas isso é grave, são duas realidades totalmente diferentes. E os profissionais que aqui estavam eram capacitados para a infância e juventude e não para o idoso. Isso já foi colocado várias vezes na mesa, mas ninguém ouve. Ainda bem que a CPI da Infância e Juventude veio aqui. A senhora está entendendo? É muito grave, muito grave a situação do idoso, o que incha mais ainda a competência da infância e juventude.

Em relação à separação de Vara da Infância e Juventude parte cível, o que já foi feito com duas regionais. Na ocasião, eu tinha vinte e poucos mil processos, saíam daqui menos que 5 mil processos. Que divisão é essa? Por outro lado, um terço dos funcionários foram retirados e muitos sequer colocados em varas de infância e juventude. Já que a senhora deu esse microfone para mim, eu falo. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem que falar mesmo, Dra. Ivone, e é denúncia, não é? Nós queremos ajudar.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - *(Ininteligível)*... administrativamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não faz mal, não.

Ontem, eu estive também com o Dr. Ciro Darlan, que esteve muito tempo aqui à frente da Vara, e a reclamação é sempre a mesma: o caso da competência.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Outra coisa que também acho grave: quando se cria mais de uma vara no mesmo Município, os problemas são inúmeros e só não os conhece quem não está sentado lá. Quando se retira...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas dá para atender todo o Estado, o interior?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Era isso que eu ia falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Porque o interior, às vezes, que é carente. Ou só a capital?



A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - O interior, não, é outro Município. Eu falo só do Município do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - No mesmo Município não, mas na capital...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Cada Município tem uma Vara da Infância e Juventude. E, veja bem, ele é competente para toda a área da infância e juventude. Eu não posso desconhecer que a área do Município do Rio de Janeiro é imensa e aquela que congrega maiores problemas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Sim.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Então, seria muito mais inteligente, a meu ver — olha, é minha opinião —, se houvesse uma única vara com vários juízes auxiliares, cada um para uma região. Isto, sim, é que seria perfeito. Não haveria problema de competência, não haveria vaidades pessoais, e a criança seria atendida. Veja bem, nós não temos... Cada juízo, às vezes, não tem determinada ferramenta. Nós não temos abrigo ou casa de atenção para todo e qualquer problema em todos os Municípios, em todo o Município. Então, muitas vezes sobrecarrega a capital.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quantos abrigos existem hoje?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Na minha área tem 43. É mais ou menos isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E abriga quantas crianças?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Doutora... Por que não me pediram esses dados? Eu os teria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, se a senhora não tiver, depois me dá. Esses dados pode mandar para a CPI.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Pede a ela o Plano Mater, para me dar o resultado agora, porque o Plano Mater dá para se verificar o número de abrigados na área da competência desse juízo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu queria saber. Se a senhora pudesse depois informar para a CPI quantos abrigados e qual a idade, quer dizer, a faixa etária dessas crianças e adolescentes.



A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu posso lhe dar o resultado do Plano Mater.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Pode me dar até... Tem 15 dias para enviar para a CPI, se não tiver hoje essa informação, porque para nós é muito importante. E o que se tem nesses abrigos. Tem alguma capacitação, algum curso, o que acontece lá nesses abrigos? A criança só fica lá e mais nada?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - (*Inaudível*)... a fiscalização do juizado. Existem os relatórios que eles fazem. Nós mandamos avisar. Muitas vezes existe algum movimento para melhorar alguma coisa, mas eu sei perfeitamente que não estamos na Suíça, não teríamos o lugar ideal, mas ainda falta muito para que conscientemente possa se deitar esta magistrada, que tem neto, de noite, na cama, e dormir sem pensar que, desta vez, mandei dez para o abrigo. Tem mais alguma coisa que eu possa falar para a senhora?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, obrigada, Excelência.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - Ainda falando um pouco dessa estrutura do poder público, eu só queria fazer uma pergunta, porque, por exemplo, mais ou menos em 2005, foi elaborado um projeto da Prefeitura do Rio de busca ativa de exploração sexual de crianças e adolescentes, em que educadores sociais na rua tentavam identificar, em alguns pontos de prostituição, a exploração de crianças e adolescentes. Esse mapeamento resultou, em 2007, em um mapeamento da cidade, onde foram identificados 233 casos de exploração sexual de 10 a 17 anos, em 30 pontos de 15 bairros — 160 meninos e 63 meninas.

Os dados de 2008 mostram que houve um aumento do atendimento na rede de proteção do Município de casos de exploração sexual, o que prova isso que todo mundo tem dito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - A assistente social fez um trabalho fantástico no tempo do Marcelo.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - Todo mundo tem dito que exploração sexual tem que haver uma busca ativa, que não vai chegar como os casos de abuso.

Também foi elaborado um plano municipal, que foi de combate à violência sexual, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



A senhora tem informações se esse trabalho foi continuado, se existem as equipes de rua, se aconteceram novos mapeamentos na cidade do Rio de Janeiro, quanto à exploração.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - É justamente o que eu falei quando cheguei aqui. Não há entrosamento entre os setores. Por exemplo, essa pesquisa que o senhor falou e o resultado nunca chegaram oficialmente à Vara da Infância e da Juventude.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ficou lá na Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - O senhor está entendendo o que eu estou falando? Mas não é só isso. Cada um trabalha no seu canto, como eu vi na audiência pública, e nada é informado a ninguém. Como eu disse, o Judiciário é o último, é o que pega a ponta. Quando tudo já falhou, chega a ele. Nenhum desses procedimentos chega ao conhecimento do Judiciário. Pelo menos, a mim não chega. A mim o que chega é a denúncia dos hospitais, a denúncia, muitas vezes, do Conselho, e a denúncia da sociedade, porque eu sou a maior incentivadora para que a sociedade denuncie. Só mesmo a sociedade, o vizinho, o tio, esses podem denunciar.

Agora, na exploração sexual, nós temos que verificar uma coisa muito séria. A família geralmente, quando é de classe mais pobre, é a maior incentivadora. Não falo isso do Rio de Janeiro, mas fora do Rio de Janeiro é assim. Tudo isso deveria ter um órgão que, depois, divulgasse isso para os demais setores ou para os demais operadores, em relação à criança e à juventude. Isso está faltando. Não existe isso. As informações não chegam. Então, o senhor não sabe com quem está lidando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - *(Trecho retirado por determinação da Presidenta da Comissão.)*

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Em questão de exploração, há uma grande questão, que é dos hotéis e dos pacotes de programa. Então, veja bem, como é que um Conselheiro Tutelar vai poder ingressar nessa seara?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não tem como.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não tem como, não é verdade? Então, uma opinião para que os Conselhos façam... Primeiro, está totalmente fora



da atribuição dele. Segundo, é preciso que ele tenha conhecimento e é preciso um pouco mais de autoridade. Então, fica muito difícil isso. Acho que deveria sair uma lei dentro do Município, principalmente dentro desses Estados que vão sediar, impondo tanto às empresas de pacotes de viagem, quanto às hospedagens, que, verificado que a criança está sem o devido acompanhamento, tenha que ser imediatamente informado ao juízo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Bota o Ministério Público em cima deles, com multa. Eles não podem aceitar. Aceitou, está multado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas a Polícia Federal, nos aeroportos, faz uma triagem muito grande, entendeu? Faz uma triagem muito grande em relação ao estrangeiro que vem. Então, nós poderíamos fazer...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Mas não é só estrangeiro...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu sei. Deixa eu acabar de fazer o meu raciocínio, por gentileza. Então, a Polícia Federal faz esse trabalho, no qual o estrangeiro, quando chega, é feita aquela triagem. Poderiam solicitar à Polícia Federal, ao FBI, à INTERPOL, alguma coisa assim, que eles pudessem fazer a triagem de alguém que tivesse alguma coisa, ou que já tivesse algum processo, mas já tivesse livre desse processo e tivesse encaminhado para cá. É uma coisa que não seria assim muito um fácil se fazer, mas como lá nos Estados Unidos já têm essa lista, alguns países já têm essa lista, poderiam mandar para a gente. Eu não sei.... Isso já ajudaria bastante, porque o número de pedófilos e desses abusadores que vêm para cá só para isso, para turismo sexual, e as vezes eles já têm algum processo no País, já estão com alguma coisa pendente, então, lá a gente poderia também....

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - É uma forma, mas veja bem... mas veja bem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Fazer nesse sentido.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - A criança explorada é brasileira, ela se encontra dentro do território brasileiro. Então, a Polícia Federal raramente vai detectar a entrada dela.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, a entrada dela, não. Eu estou falando da entrada dos pedófilos aqui...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tudo, mas.... o pedófilo é sempre...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Desses voos *charter*, dessas coisas assim.... eles poderiam ser um braço direito também nessa triagem.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Mas isso aí é um número muito pequeno que vai ser detectado. Vai ser detectado no momento em que se hospedarem, vai ser detectado no momento em que forem praticar o abuso sexual. Aliás, a "ofensa", segundo a Dra. Cristina, a ofensa sexual. Porque se vocês... Olha só, se for mexido no bolso do hospedeiro, ele não vai permitir a hospedagem ali. É necessária uma lei que preveja isso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Certo.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - ...a proibição e que preveja também a punição no momento de ser detectado que se hospedou um maior com um menor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso, eu estou levando para o Governador nessa tarde...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E mais: tem que ter uma multa, porque só o bolso mexe com alguém.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós estamos levando um pedido para o Governador hoje, porque nós estivemos naquele Batalhão de Turismo, e eles estavam falando da dificuldade, porque protegem o estrangeiro, mas deveria ali ter um polo de triagem também para defender as nossas crianças.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E o mais grave, doutora Deputada...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem a delegacia também do turismo...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tem uma coisa mais grave nisso tudo....

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ...do turista, que nós vamos lá para saber como eles fazem isso...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - A infiltração de muitos órgãos, sabe, coniventes e atuantes nesse caso. Por isso é necessário que todos os órgãos estejam integrados e que essas informações sejam difundidas para todos os órgãos



responsáveis por isso. E mais: é necessária uma medida enérgica e certa em relação a hotéis e pacotes de viagens.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Hotéis e pacote de viagens... Está anotado. Essa é a sugestão para a CPI.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Veja bem, da mesma forma que os hospitais informam das crianças que as mães usuárias de *crack* abandonam, ou das crianças que ficam abandonadas, da mesma forma, os hotéis e as empresas têm que informar ao juízo e à polícia. Tem que ser assim, senão não pegamos a metade, porque muitos pedófilos não trazem a característica de pedófilo, não podemos detectar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É, uns não têm ficha criminal, outros já entram aqui com ficha criminal.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tem também. Pega esse segmento, mas é uma parte muito pequena. E não sei se por força da mídia, cada dia mais fica visível o número... e aumenta o número de pedófilos, aumenta o número de abuso sexual, exatamente porque está se tornando visível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Está aumentando ou as pessoas estão denunciando mais?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Está se tornando visível. Então, aumenta um número que a gente pode manusear.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - *(Trecho retirado por determinação da Presidenta da Comissão.)*

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tem

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Aqui nós pedimos abrigos. A questão do *crack*...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Deputada...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ...e dessas internações compulsórias, Dra. Ivone, dessas crianças que estão sendo recolhidas, usuárias de *crack* e também exploradas sexualmente, porque estão usando *crack* nas ruas. A gente sabe que há essas grandes obras, tem aqui o PAC e principalmente naquela área de Manguinhos ali; o Jacarezinho já entrou....



A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Agora tem a Avenida Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - A Avenida Brasil, aquela área ali da Ilha do Governador.

Quais as providências que a Vara da Infância tem tomado nesse sentido?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu sempre... Por exemplo, eles mandam para a Vara todo e qualquer recolhimento que seja detectado uso de *crack* e pedem permissão para a internação. Eu mando internar. Eu sou favorável à internação para tratamento de criança e adolescente. Eu acho que esse termo ficou pesado. É internação obrigatória para tratamento mesmo, porque se fosse o meu filho não ia ficar na rua, nem filho de ninguém aqui. Então, só porque ele não tem um pai e uma mãe que possa se direcionar nesse sentido, é obrigação do Estado interferir sempre que houver falha de genitores ou responsáveis. É obrigação do Estado, e não há direito de ir e vir, nem liberdade disso ou daquilo superior à liberdade de vida, e vida decente. A criança não tem o direito de se matar e nem de morrer, e nem de matar ninguém. A criança não tem direito de matar e a criança não tem direito de escolha de morte. E o que nós fazemos quando a sociedade se cala, quando é omissa e quando os poderes não se movimentam para recolher e cuidar dessa criança, nós estamos sendo omissos e matando realmente, permitindo a morte de nossas crianças: morte física e morte mental. E desconfio que nós seremos eternamente o País do futuro. A gente não consegue sedimentar nada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Ivone, eu agradeço a sua colaboração com a CPI. Então, o que ficou tratado aqui é que a senhora vai mandar esse relatório de quantas crianças estão abrigadas no Município, se vocês já têm esse número, e a faixa etária dessas crianças.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - No relatório tem faixa etária, não tem?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Depois a senhora manda com calma para a gente. A CPI vai ficar aguardando esse relatório, e contar com a senhora. Nós vamos agora...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Deputada, eu falei de 43, mas foi antes de dividir pelas regionais. Agora são 26 abrigos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Foram divididos?



A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Bom, os abrigos de área de competência desse juízo são 26.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Vinte e seis abrigos...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - São 14 abrigos e 9 programas de Família Acolhedora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Como funciona o Programa Família Acolhedora? A senhora tem acompanhado, tem dado certo?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tenho, tenho. Eu acho muito interessante, porque muitas crianças não têm condições de viver nos abrigos por vários problemas, e acho que é muito mais humano. Mas nós temos excelentes abrigos. Por exemplo, eu acho muito bom o tratamento do Romão Duarte e muito bom o tratamento do Lar Luz e Amor. A criança não está tão coisificada lá. Foi o que eu percebi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, Dra. Ivone, nessa família acolhedora, qual o perfil... O que vocês pedem para que essa família, qual é o perfil dessa família?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Esse é um programa da Prefeitura. Não é um programa do juizado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas vocês acompanham para ver o perfil, a característica das pessoas?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Existe... Eu tenho um setor só para isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Deu certo? Não teve crianças vítimas de maus-tratos nessa família acolhedora?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nem de abuso?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não. Nós não temos nenhuma anotação em relação a isso. Eu só tenho um cuidado: não mando mais criança recém-nascida porque as famílias muitas vezes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Se apegam.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - ...se apegam.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E não têm como entregar de volta.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E eu sou extremamente contrária à ditadura do cadastro. Eu acho que não existe isso em matéria de adoção. Outro dia li até um artigo. Eu acho totalmente descabido. Eu acho que a adoção é amor tanto da criança quanto do adulto. Veja bem, a prioridade é da criança e não do adulto. No momento em que a senhora tem uma lista e que essa lista tenha que ser observada cronologicamente, o que está se defendendo é o direito do adulto e não da criança. A criança quer amor, quer afeto, e não ser escolhida como mercadoria. *“Tem olho azul, eu quero. Não tem...”* Olha, aqui aconteceu o seguinte: veio uma criança... Eu ainda achei que ela seria devolvida. Aumentou muito o número de devoluções depois da obrigatoriedade do segmento cronológico do cadastro, ainda bem que o Superior Tribunal de Justiça tem desmistificado essa obrigatoriedade, porque o que interessa é o melhor interesse da criança. Por força dessa obrigatoriedade cronológica, crianças com 3 ou 7 meses de convivência com o requerente foram retiradas e voltaram para o abrigo para serem enviadas pelo cadastro.

A realidade da Vara de Infância e Juventude é muito diferente do que a gente possa imaginar. Até eu chegar a elas, eu não sabia que era tão grave. Isso é uma falta de amor, é uma proteção ao direito do adulto, que se acha com o direito de escolher uma criança como se estivesse escolhendo numa prateleira uma mercadoria. Não dá certo, devolve. Teve um que olhou e disse assim: *“Ele tem o sexo escuro. Vai ser negro. Não quero.”* Aqui é assim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Essas são as pessoas que estão na lista do cadastro.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Do cadastro nacional...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Até houve várias devoluções.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Cadastro Nacional para Adoções.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Esta é a chefe do SINEAT, que acompanha todo o abrigamento: Luciana.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Luciana, você poderia dar algumas informações para a gente na questão desse Família Acolhedora?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Sim. Pois não. O que eu puder, ajudo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de saber como funciona, quais são as demandas que vocês têm nessa questão e qual o perfil das famílias para fazer o acolhimento dessas crianças. Quanto tempo essas crianças ficam nessas famílias provisórias?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - As famílias se cadastram na Prefeitura e as agentes das CRAS fazem uma avaliação. São elas que selecionam as famílias. A Prefeitura seleciona a família, dentro de um perfil que ela entenda... A gente não tem gerência sobre isso. As técnicas das Prefeituras é que selecionam. Aí, aqui na Vara, durante as audiências concentradas, a equipe técnica da Vara, juntamente com a equipe técnica do abrigo, chegam à conclusão de que a criança está no perfil de Família Acolhedora. Normalmente, crianças que não têm vivência de abrigo — assim, o que eu acho que é mais ou menos o perfil —, crianças com pouca vivência de abrigo, crianças que não ficariam à vontade, felizes, cômodas no abrigo, ou crianças que já têm um desgaste em abrigos, adolescentes, já estão há muito tempo na rede. Há uma demanda grande. Deficientes... Não temos aqui na Vara da Infância abrigos para deficientes. É muito difícil. E há famílias que se habilitam para receber deficientes. Então, na verdade, o público foi se ampliando. O Família Acolhedora começou pequeno e as demandas foram fazendo que ele crescesse. A própria rede foi querendo: Família Acolhedora cresça, por favor. Precisamos de mais famílias, enfim.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Até porque vocês que fiscalizam a realidade ou o tratamento, as condições são bem diferentes dos abrigos. Então...

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Os abrigos, principalmente os públicos, são os piores. Além da carência de vagas nos abrigos públicos, as condições são as piores possíveis. Assim, não existe...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Mas é. A gente assina os relatórios, a gente fiscaliza há anos abrigos da Prefeitura, infelizmente. Se não



fosse abnegação dos técnicos, da Prefeitura, nem sei como é que eles estariam, porque eles colocam dinheiro do bolso até para que não falte o básico às vezes: o remédio. Eles não têm dinheiro para comprar um remédio. A gente tem às vezes que notificar para que se compre o remédio para uma criança. E a nossa fiscalização não é diária. Nós somos quatro para fiscalizar todos os abrigos e os asilos também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quatro?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Quatro comissários. Há muito tempo sem concurso, enfim, todo mundo se aposentando, e complica. Mas, assim, a gente tenta. A gente tem o perfil dos abrigos. A gente fiscaliza há muito tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E o que que tem nesses abrigos para entretenimento das crianças, para se fazer alguma coisa para a educação dessas crianças? Tem alguma forma de lazer, de entretenimento?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Olha, desde a época do outro prefeito... Porque é assim: o assistente social... E eu até entendo, porque é assim: o estatuto diz que você tem que... a criança abrigada tem que ter a convivência comunitária. Então, a política é de buscar na rede o lazer, as atividades, o esporte, e que se fizesse o mínimo possível dentro dos abrigos. Então, assim, já há alguns anos que a política dos abrigos públicos é essa. Porém, o abrigo, por exemplo, Ayrton Senna, que tem quase 100 acolhidos, com pouquíssimos educadores sociais para tomar conta daqueles acolhidos, eles não têm condição de levar as crianças em atividade na rede. Como levar 100 crianças para esporte, psicólogo? É difícil, é impossível! Então, o que a gente vê é uma grande ociosidade. É necessário que se desenvolvam atividades dentro do abrigo, sim. Claro que o ideal é buscar na comunidade, mas é inviável com o número de pessoas que trabalham com essas crianças.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quantas crianças...

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Então, na verdade, são poucas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quantos monitores têm em cada abrigo desses, educador social?



A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Eu não sei te precisar. Por exemplo, o Ayrton Senna é muito variável. O Ayrton Senna tem algumas casinhas, são casas-lares. Ela consegue ter dois para cada casa. Mas

assim, desses dois, um foi no médico, tem um que leva à escola. Então, assim, não tem como...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - As crianças frequentam a escola?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Não, frequentam. A gente fiscaliza isso. Agora, também há uma dificuldade de conseguir vaga. Por que? Tem criança que entra num abrigo em outubro. Onde se consegue vaga em outubro, no Rio de Janeiro, numa escola? É muito difícil. Alguns conseguem. Tem um acordo com a diretora. Mas, assim, normalmente não se consegue.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E vocês não têm um acordo com a Secretaria de Assistência Social...

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ... e também com a Secretaria de Educação?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Mas a gente não está conseguindo vaga. Em outubro... Digamos que uma família... Crianças negligenciadas numa localidade. Aí elas vão ser abrigadas, vão ser acolhidas porque elas estão sofrendo maus-tratos, enfim. Aí a diretora do abrigo, a técnica vai buscar na escola mais próxima ao abrigo uma vaga, mas não consegue. Concordam que é difícil? Se no início do ano já é difícil!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas não tem prioridade na Secretaria de Educação para essas crianças não?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Olha, o entrosamento... Deixa eu falar uma coisa, Deputada. O entrosamento com a vara, maior, é com a Secretaria Municipal de Assistência Social. O entrosamento com a Secretaria de Educação é mínimo.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - *(Intervenção fora do microfone. inaudível.)*



A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Não, não tem prioridade. Algumas diretoras de abrigo conseguem com a diretora da escola. Mas, assim, isso não é sempre que a gente consegue isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Deveria ter um mínimo de vagas já disponível pela Secretaria de Educação...

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - É tão difícil...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ... para atender a esses casos das crianças abrigadas. Acho que seria...

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - As crianças abrigadas sofrem inclusive perseguição nas escolas, gente! Não se veem com bons olhos crianças de abrigo, sabe, infelizmente. “Ah, as do abrigo.” São taxadas. “Ah, são as do abrigo, aquelas do abrigo.” É muito difícil, é muito complicado.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - Essa lista que a senhora apresentou dos abrigos, nessa relação tem uns que recebem as crianças que são identificadas nas (*inaudível*)...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Geralmente, vai para o Ayrton Senna.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem outra especializada.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - É a de adolescente. Normalmente vai para a Carioca e de lá eles buscam na rede. Tem o Dom Hélder, tem o Catete, tem o Raul Seixas...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Está perguntando para tratamento. É isso?

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - Porque como foi colocado aqui tem essa questão da droga e da exploração sexual também. Essa é uma preocupação minha.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Aqueles que forem detectados através de um relatório, de um operador da saúde — não é de um médico, tá, é de um operador da saúde —, esses são encaminhados para as casas, para as instituições próprias para tratamento.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - Mas as instituições da rede pública...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Rede pública.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Ivone, eu pedi para falar na questão dos abrigos porque nós vamos conversar amanhã com a OAB, com a Dra. Margarida. E eu gostaria que ela fizesse... A mesma denúncia que ela fez à Frente Parlamentar da Criança e do Adolescentes, que fizesse à CPI. Casos que... Nesses abrigos as crianças estão misturadas, a idade das crianças está misturada. Eu estou falando no caso do *crack*, das crianças que são recolhidas por uso de drogas. Elas estão misturadas com as outras crianças de idades diferentes. Elas não estão divididas por faixa etária, e estão sendo drogadas com Haldol. Então, amanhã... Por isso que nós queremos falar com ela...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Mas isso não é na nossa área.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas eu queria saber se vocês têm notícia desse caso...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu tenho dois comissários cricris aqui dentro: um é o Ednilson. (*Risos.*) São dois cricris. Então, não passa nada. Eu chego a dizer: "*Gente, eu não posso fechar instituição porque eu não tenho onde colocar criança. Nós temos que tentar melhorar: fiscalizar e consertar. Não podemos fechar porque não temos onde colocar a criança*". Essa aqui mais o Ednilson são terríveis.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Quase todos os abrigos da Prefeitura têm uma portaria, têm um processo aqui em andamento, têm uma portaria verificatória de irregularidade.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Fico pior ainda do que eu sou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Amanhã nós vamos esclarecer essa situação.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Eu precisava saber quais são eles, porque...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não deve ser na nossa área.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - ... os de tratamentos são de outra área

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E veja se não é de outra competência.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - A denúncia foi feita quando o Secretário Rodrigo Bethlem estava fazendo o recolhimento dessas crianças. Foi nessa época que ela fez. E nós queremos saber... Saiu outro dia uma reportagem dizendo a mesma coisa. Por isso é que a CPI vai conversar com ela. Porque eu pensei que tivessem sido tomadas providências na época, porque, como ela é dos Direitos Humanos da OAB, ela já tinha acionado o Ministério Público. Mas, como saiu uma reportagem, há alguns dias atrás, falando dessa questão dos abrigos, aí, nós vamos verificar.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Deputada, os abrigos dessa área, a maior parte é por faixa etária. A maior parte é por faixa etária. O que eu acho que não é o Ayrton Senna.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - É uma mistura.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - A senhora está entendendo?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - O Ayrton Senna tem casas por faixa etária, tem umas casas-lares para adolescentes. Mas o espaço é um espaço único, realmente.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - A maior parte é por faixa etária. Agora, se isso se modifica, quando lá não está a fiscalização, aí nós não podemos assegurar. A partir de um momento, na minha vida, eu desconfio de tudo. Não tem jeito.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Eu acho que, se essa denúncia for de alguma (*ininteligível*) dessa área, é o Ayrton Senna, porque lá realmente há mães adolescentes com seus filhos, há crianças e há os adolescentes. Ainda queriam colocar mais adolescentes, e a gente está brigando para que não se faça isso, porque é um espaço enorme, mas não é misturado. Não é bem assim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Liliam Sá) - Eu agradeço, porque também agora já não é mais competência de vocês. A gente teria que falar realmente com a Prefeitura para esclarecer as nossas dúvidas.

E eu gostaria de agradecer à Dra. Ivone, gostaria de agradecer à Luciana.

E não havendo mais nada a tratar, eu dou por encerrada esta audiência na Primeira Vara da Criança, da Juventude e do Idoso da Capital.